



REQUERIMENTO PARA:

➤ ACESSO A DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

(n° _____ SM)

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(nome do requerente) _____,
 contribuinte (pessoa singular ou colectiva) n° _____, residente em (Rua/Avª) _____
 _____ (nº/lote) _____, (andar) _____,
 (localidade) _____, (cód. postal) _____ - _____,
 Freguesia de _____, com o telefone / telemóvel n° _____,
 fax n° _____, e-mail _____ nascido em ____/____/____, portador
 do Bilhete de identidade / Cartão de cidadão / Passaporte n° _____ emitido em _____
 válido até ____/____/____, vem na qualidade de:

☐ Elemento dos Corpos Gerentes ☐ Mandatário ☐ Empresário em nome Individual

☐ Outro (especificar) _____

Designação da Sociedade (caso aplicável) _____ - _____

NIPC (caso aplicável) _____ Código de acesso à constituição da Sociedade(caso aplicável) _____,

vem, requerer a V. Exa. ao abrigo do artº 13º da Lei 46/2007 de 24 de Agosto **acesso ao(s) documento(s) administrativo(s) abaixo referido(s)** através de :

☐ Consulta gratuita, efectuada no serviço que os detêm;

☐ Reprodução a título oneroso por

☐ fotocópia

☐ fotografia

☐ ficheiro informático (formato) _____

☐ Outro suporte visual, sonoro ou electrónico

(especificar) _____

Documentos:

- ☐ Declaro que assumo os custos da taxa de anonimização do documento, caso aplicável.
- ☐ Desejo que o documento me seja remetido por via postal para a morada acima (tarifa postal + sobrescrito)

Sintra, ____ de ____ de 20__

Pede Deferimento

O Requerente,

IMP.PS.01.074.03

Conferi os documentos (*assinatura legível*):

Categoria:

Instruções

Juntar:

- ☐ Exibir Bilhete de Identidade/ passaporte, cartão de contribuinte ou cartão do cidadão

Notas:


- No caso de uma **pessoa colectiva** deve ser apresentado pelo requerente documento onde se verifique a legitimidade para assinar;
- Na qualidade de **mandatário**, deve juntar procuração;
- Os presentes dados irão ser objecto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do Artº 10º da Lei 67/98 de 26 de Outubro de 1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Protecção de Dados Pessoais.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente.

Em caso de falta de resposta, indeferimento ou limitação de acesso assiste ao requerente direito de queixa à **CADA** nos termos do Artº15º.

Quando não seja dada integral satisfação do pedido de reutilização o requerente pode, nos termos do artº23º solicitar ao Tribunal Administrativo competente a intimação da Câmara, sendo aplicável artºs 104º a 108º CPTA .

	RECIBO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO		REGº SM _____
	ASSUNTO: ACESSO A DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS		
	Assinatura do Funcionário : _____		
Categoria : _____			Data : ____/____/____

Gabinete de Apoio ao Município – Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 SINTRA
 Tel: 21 923 8550 Fax: 21 923 8551 e-mail: municipe@cm-sintra.pt